

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES
ACERCA DO VOCABULÁRIO TÊXTIL NO BANCO DE DADOS
DO DICIONÁRIO HISTÓRICO DO PORTUGUÊS DO BRASIL
- SÉCULOS XVI, XVII E XVIII

Jozimar Luciovanio Bernardo (UNESP)

jozimarbernardo@yahoo.com.br

Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa (UNESP/FCLAR)

RESUMO

Investigar o acervo vocabular de determinado campo do conhecimento sinaliza diversos aspectos associados às unidades lexicais nele inscritas, que se entrelaçam a outros domínios. Como diz Maria Tereza Camargo Biderman (1998), o léxico está intrinsecamente ligado ao processo de compreensão, significação e nomeação do mundo, e o ato de nomear as coisas pressupõe sua categorização e a relação de categorias. Assim, refletiremos sobre nosso projeto de doutorado em linguística e língua portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (FCLAR/UNESP), cujo objetivo é investigar o vocabulário têxtil da língua portuguesa no Brasil Colonial em textos do banco de dados do *Dicionário Histórico do Português do Brasil – Séculos XVI, XVII e XVIII*, que resulta de um projeto de Maria Tereza Camargo Biderman e executado sob a coordenação de Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa, docentes da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", *campus* de Araraquara. Os tecidos, diversos em seus tipos, fibras, texturas, colorações, origens, acompanham há milênios o ser humano do nascimento à morte, compondo a sua vestimenta e aparecendo em todas as casas, na decoração e em outras utilidades. O estudo do vocabulário têxtil, incluirá nomes de tecidos e do que se fabricava com eles: peças de vestuário em geral, acessórios, estofos, artigos para uso doméstico e de decoração (roupas de cama, mesa e banho, tapetes, cortinas), artigos para aplicações técnicas (sacos, redes, velas de embarcações), entre outros, possibilitando acesso ao patrimônio histórico e cultural da época colonial brasileira. Neste viés, um produto têxtil, do fino ao rústico, torna-se um documento pelo qual podemos obter registros sociais e culturais e penetrar por seus enraizamentos históricos e geográficos.

Palavras-chave: Vocabulário têxtil. Dicionário histórico. Português do Brasil.

1. Introdução

Estudar o acervo vocabular de um campo do conhecimento sinaliza diversos aspectos da atividade humana que estão associados às unidades lexicais nele inscritas. Nesse contexto, apresentamos alguns apontamentos acerca do projeto de doutorado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (FCLAR/UNESP), cujo objetivo é investigar o vocabulário de tecidos e artigos têxteis no banco de dados do

Dicionário Histórico do Português do Brasil – séculos XVI, XVII e XVIII. Dentro do universo de “artigos têxteis”, consideramos peças de vestuário em geral, guarnições, acessórios, artigos para uso doméstico e de decoração (roupas de cama, mesa e banho, cortinas etc.) entre outros gêneros que forem localizados no *corpus*.

No presente artigo, descrevemos sucintamente o percurso metodológico da construção do *Dicionário Histórico do Português do Brasil*. Posteriormente, apresentamos o atual estágio da metodologia da pesquisa da qual resulta o trabalho ora apresentado e tecemos algumas palavras sobre léxico e cultura, alinhavando os têxteis nesta contextura. Neste ensejo, refletimos sobre o léxico dos tecidos e artigos têxteis em relação com fatores sociais, culturais e históricos que podem ser evocados a partir das unidades que o constitui. Convém ressaltar que a pesquisa em questão se encontra em fase inicial de desenvolvimento e, em razão disso, os dados analisados adiante não foram, ainda, coletados diretamente do banco de dados do *Dicionário Histórico do Português do Brasil*, conforme está projetado.

2. O banco de dados do “Dicionário Histórico do Português do Brasil – séculos XVI, XVII e XVIII”

Idealizado pela professora Maria Tereza Camargo Biderman e levado a cabo sob a coordenação da professora Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa, docentes da Unesp, *campus* de Araraquara, o projeto *Dicionário Histórico do Português do Brasil – séculos XVI, XVII e XVIII* foi aprovado em 2005, no âmbito do Programa Institutos do Milênio do CNPq, e concluído em 2013. A sede do *Dicionário Histórico do Português do Brasil* é o Laboratório de Lexicografia, da Faculdade de Ciências e Letras/ Unesp, Araraquara. As equipes de apoio são formadas por profissionais de diferentes partes do Brasil, como também de Portugal.

Ao descrever o processo da construção do *Dicionário Histórico do Português do Brasil*, Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa (2011) especifica que:

O nome histórico como qualificativo do dicionário não é somente porque a obra de referência registra as mudanças semânticas, gráficas, fonéticas ou morfológicas que as palavras sofrem num período de tempo, mas também porque, ao ser construído sobre uma base informatizada formada de documentos dos séculos XVI, XVII e XVIII, resgata a história da língua e a história política, administrativa, econômica, cultural e religiosa do Brasil Colônia. (MURAKAWA, 2011, p. 2)

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

Com o propósito de registrar a língua portuguesa no Brasil Colônia, o projeto reuniu documentos dos séculos XVI, XVII e XVIII e começo do XIX, com total de 28.858 páginas escaneadas e 7.492.472 ocorrências. Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa (2015) acrescenta que, para a construção do *Dicionário Histórico do Português do Brasil*, apenas este *corpus* foi utilizado e que há, ainda, um segundo banco não explorado, com 2.049.249 ocorrências e 8.009 páginas escaneadas, que possibilitará o aperfeiçoamento do *Dicionário*. Mais precisamente, foram coletados textos datados de 1500, com a Carta de Pero Vaz de Caminha ao Rei português, até 1808, quando a família real portuguesa chegou ao Brasil. (MURAKAWA, 2015)

Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa (2015, p. 76) sublinha que “denominou-se *documento* toda a produção escrita utilizada como testemunho, comprovação da língua portuguesa no período”. Quanto aos critérios para seleção dos textos, definiu-se que deveriam ser escritos por portugueses sobre o Brasil ou por aqueles já nascidos na Colônia. Dessa forma, foram percorridos museus, arquivos históricos, bibliotecas públicas e particulares no Brasil e a Biblioteca Pública de Évora, em Portugal, obtendo-se uma copiosa variedade de documentos, tais como:

[...] obras dos missionários viajantes, na sua maioria jesuítas que vieram em missão catequética e no Brasil se fixaram; diários de navegação, como o de Pero Lopes de Sousa, irmão de Martim Afonso de Sousa; cartas de sesmarias; roteiros descritivos da flora e fauna brasileiras; descrições geográficas; cartas e sermões do Padre Vieira, pregados aqui no Brasil e de outros oradores sacros, que para aqui vieram e que tiveram sua correspondência reunida em obras esparsas; obras e documentos que tratam do Estado do Grão Pará, durante a era pombalina; cartas comerciais trocadas entre comerciantes da colônia com outros de Portugal; obras sobre a nobiliarquia paulistana; atos de câmaras municipais; anais de câmaras de diversos municípios brasileiros; documentos cartoriais; autos de devassas feitos durante a Inconfidência Mineira; processos; inventários; testamentos; alvarás; posturas; bandos; atos de doações de terras, casas e terrenos; cartas de ofício; patentes; cartas dos governadores gerais; provisões; documentos forenses; estatutos de sociedades; constituições dos bispados do Brasil; regimentos militares; obras sobre medicina, farmácia, agricultura, mineração, além da produção literária do barroco e arcadismo no período. (MURAKAWA, 2015, p. 76)

Para processamento do *corpus* de pesquisa do *Dicionário Histórico do Português do Brasil*, foi utilizado o programa computacional *Philologic*, desenvolvido na Universidade de Chicago, o qual conta com um motor de busca capaz de localizar as unidades lexicais e suas combinatórias. Antes de os textos serem inseridos no *Philologic*, foram necessários procedimentos como escaneamento, edição das imagens, transfe-

rências destas para texto (TIFF > DOC), transcrição dos manuscritos, entre outros para converter os textos ao formato digital.

O *Dicionário Histórico do Português do Brasil* abrange o léxico da língua portuguesa que deu base à constituição do repertório lexical do português brasileiro. Nesse percurso, foram registradas as unidades lexicais - substantivos, adjetivos e verbos – que constam da sua nomenclatura; foram extraídas todas as acepções que a palavra-entrada, ou lema, possui nos contextos do banco de dados e anotada a data mais antiga das suas ocorrências. A fim de facilitar a consulta no *Dicionário Histórico do Português do Brasil*, a grafia das palavra-entradas segue o *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* (VOLP), de 2009. Nos casos em que o banco não contemplou a grafia do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, esta prevaleceu e as grafias registradas no banco de dados foram consideradas variantes. (MURAKAWA, 2015)

Em 2013, a vultuosa e pioneira obra lexicográfica histórica do português do Brasil foi concluída com uma nomenclatura de 10.470 verbetes, distribuídos em 11.051 páginas, em 19 volumes impressos em A4. (MURAKAWA, 2014)

Depreendemos, então, que o banco de dados do qual extrairemos os dados para a pesquisa contempla ampla e variada tipologia textual, sendo representativo quanto à sua heterogeneidade linguística. Ademais, isto possibilita a produção de múltiplas pesquisas, ou seja, além da sua finalidade inicial – construir o *Dicionário Histórico do Português do Brasil* – o banco pode servir a numerosas investigações no âmbito da Linguística e em outras áreas do saber.

3. O percurso metodológico: definição do corpus e coleta, descrição e análise dos dados

Conforme exposto anteriormente, compõe o *corpus* da pesquisa o banco de dados do *Dicionário Histórico para o Português do Brasil: séculos XVI, XVII e XVIII*. Dada a sua natureza de *corpus* computadorizado, cabe citar o conceito de *corpus* linguístico que Tony Berber Sardinha (2004), ao abordar a linguística de *corpus*, entende ser o mais completo. O autor adere ao conceito de *corpus* como sendo:

Um conjunto de dados linguísticos (pertencentes ao uso oral ou escrito da língua, ou a ambos), sistematizados segundo determinados critérios, suficientemente extensos em amplitude e profundidade, de maneira que sejam representativos da totalidade do uso linguístico ou de algum de seus âmbitos, dis-

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA

postos de tal modo que possam ser processados por computador, com a finalidade de propiciar resultados vários e úteis para a descrição e análise. (SÁNCHEZ, 1995, p. 8-9 *apud* SARDINHA, 2004, p. 18)

Nestes termos, podemos considerar que o *corpus* do *Dicionário Histórico do Português do Brasil* está cronologicamente delimitado; possui grande diversidade de tipos e gêneros textuais, sendo representativo da língua portuguesa do Brasil Colônia, bem como foi submetido a procedimentos computacionais que possibilitaram seu processamento digital. Dentro da classificação estabelecida por Tony Berber Sardinha (2004), referente à extensão de um *corpus*, o do *Dicionário Histórico do Português do Brasil* pode ser considerado médio-grande (entre 1 milhão e 10 milhões de ocorrências). Assim, o *corpus* do *Dicionário Histórico do Português do Brasil* é criteriosamente construído e adequado ao nosso propósito de investigação.

3.1. Coleta dos dados

A princípio, constituímos um grupo de unidades lexicais referentes a tecidos e artigos têxteis que constam em algumas cartas comerciais da primeira metade do século XVIII, agrupadas nos 5 volumes da obra “Negócios coloniais”, de Luis Lisanti (1973), como também do trabalho de Gracinéa Imaculada Oliveira (2010), que investigou o vocabulário do vestuário em inventários setecentistas de Minas Gerais. Mais especificamente, este método consiste em levantar unidades léxicas com maior possibilidade de ocorrência no *corpus*, de modo que estas nos conduzam a textos e contextos nos quais poderemos localizar outras mais.

As cartas comerciais reunidas na obra supracitada, cujo financiamento foi do Ministério da Fazenda, foram trocadas entre o comerciante lisbonense Francisco Pinheiro e seus correspondentes no Brasil. Ao falar da agregação desta obra ao *corpus* do projeto *Dicionário Histórico do Português do Brasil*, Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa (2009, p. 27) ressalta que “das 1792 cartas, foram selecionadas para o banco de dados aquelas que saíram do Brasil para Lisboa, e não todas, dado ao grande volume da correspondência”. Seguindo este critério, selecionamos unidades léxicas referentes a tecidos e artigos têxteis no glossário localizado no primeiro volume de “Negócios Coloniais”, bem como a partir da leitura de algumas das cartas. Entre diversas ocorrências de nomes de tecidos encontrados, podemos citar *aniagem*, *baeta*, *barbarisco*, *barregana*, *bertangil*, *bocachim*, *cabaia*, *droguete*, *duquesa*, *esguião*, *ga-*

la, holanda, lemiste, nobreza, ruão e sufúlie; no campo do vestuário em geral, temos: *barrete, boldrié, casaca, colete, meia de laia, meia de pi-são, quimão, surtum, tanga, véstia* e no campo dos ornatos do vestuário: *cairel, galão, froco, ourela e troçal*.

De modo a abranger os artigos têxteis, sobretudo, vestuários, elegemos o trabalho de Gracinéa Imaculada Oliveira (2010) intitulado “Estudo do vocabulário do vestuário em documentos setecentistas de Minas Gerais”. Como *corpus*, a autora se valeu de “[...] inventários oriundos dos cartórios do primeiro e segundo ofício de notas da antiga Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará, sede da Comarca do Rio das Velhas e uma das mais ricas e importantes vilas da capitania”. (OLIVEIRA, 2010, p. 47). Exemplos de ocorrências de nomes de vestimentas nestes documentos são *capote, chambre, fraque, guarda-pé, loba, sobretudo e timão*.

Após reunidos os itens lexicais das obras supracitadas, partiremos para a consulta de cada um no banco de dados do *Dicionário Histórico do Português do Brasil*, mediante os recursos do gerenciador *Philologic*. Ao buscamos uma unidade, por exemplo, *pano*, aparecerão as suas ocorrências em trechos dos documentos do *corpus*, os quais são referenciados pelo programa. Dessa maneira, um item léxico poderá apontar outros que não mantinham, *a priori*, relação nitidamente direta com o campo têxtil. Com a visualização dos itens léxicos no contexto, faremos a seleção e exclusão dos dados lexicais, consoante o objetivo da pesquisa.

O próximo passo consistirá em juntar as variantes às formas canônicas, de acordo com o *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* (VOLP – 2009), obtendo a nomenclatura que será objeto de análise.

3.2. Descrição e análise dos dados

De forma a ampliar as informações acerca de cada unidade lexical coletada, consultaremos suas definições nas seguintes obras lexicográficas da língua portuguesa dos séculos XVIII, XIX, XX e XXI: D. Raphael Bluteau (1712/1728), Antônio de Morais Silva (1789, 1813, 1858, 19-?, 1949), Fr. Domingos Vieira (1871/1874), Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (2004) e Antônio Houaiss (2009).

Temos em vista a constituição de campos léxicos e possíveis microcampos, a partir dos quais faremos a descrição e análise dos itens lexicais, com base nos contextos em que as unidades ocorrerem, nas defi-

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

nições lexicográficas e em outras fontes que ampliem o saber acerca do vocabulário em estudo e dos aspectos que poderão ser depreendidos deste conjunto lexical. Justificamos esta metodologia por concordarmos com Maria Tereza Camargo Biderman (1984, p. 28) que “o dicionário é um instrumento cultural que remete tanto à língua como à cultura. O lexicógrafo descreve ambas — língua e cultura — como um todo pancrônico, embora se situe numa perspectiva sincrônica”. Desta feita, analisaremos o vocabulário dos tecidos e artigos têxteis do português no Brasil Colônia em diálogo com a cultura, história e sociedade, permeando-nos pela textura de aspectos léxico-semânticos e histórico-linguísticos.

No presente artigo, em especial, fazemos apontamentos sobre o objetivo da pesquisa. Neste processo, nos valem de algumas unidades lexicais coletadas de Luis Lisanti (1973) e Gracineá Imaculada Oliveira (2010), as quais não compõem, ainda, a nomenclatura a ser descrita e analisada na tese, na qual serão trabalhadas as ocorrências registradas no banco de dados do *Dicionário Histórico do Português do Brasil*.

4. Léxico: a língua a serviço da cultura e por ela sendo servida

O fio da meada da pesquisa se mostra nas seguintes palavras de Gilda Chataignier (2009, p. 96): “as denominações dadas a muitos tecidos - que nos intrigam e levam a fantasiar suas origens - acrescentam informações a eles pertinentes que, desta forma, desvendam modos de viver e aspectos socioculturais de povos os mais diversos”. Deste modo, desvendar palavras é perscrutar os fatos socioculturais que nelas se deixam transparecer.

Sabe-se que no nível léxico da língua há elementos que são formais; contudo, há outros mais que interpretam (e se interpenetram nas) as relações sociais e as práticas culturais que nela se fazem registrar, em todos os níveis, tais que: o fonético/fonológico, o morfológico, o sintático, o estilístico, o semântico. Não se nega, porém, ser o nível dos arranjos lexicais o que melhor mostra a língua a serviço da cultura e por ela sendo servida (PAULA, 2010). Neste viés, entendemos, como Maria Tereza Camargo Biderman (1998, p. 91), que “[...] o léxico de uma língua constitui uma forma de registrar o conhecimento do universo”, bem como está ligado intrinsecamente ao processo de compreensão, significação e nomeação da realidade.

Vêm a calhar neste contexto, as palavras de Maria Cândida Trindade Costa de Seabra (2015), quando analisa a cultura, a origem e as variações da palavra cachaça:

[...] investigar uma palavra é investigar também a cultura, considerando-se que o sistema linguístico, nomeadamente o nível lexical, armazena e acumula as aquisições culturais representativas de uma sociedade em diferentes épocas. Desse modo, no exame de uma palavra ou, ainda, de um campo lexical cuja rede semântica gira em torno dessa palavra, analisa-se não apenas a língua, mas também o fato cultural que nela se deixa transparecer. Em vista disso, a palavra torna-se testemunha da própria história de um povo, assim como de todas as normas sociais que o regem. (SEABRA, 2015, p. 4)

Maria José Palla (1992, p. 30), em estudo lexical do traje e adornos em Gil Vicente, afirma que “através das indumentárias esboçar-se-á uma distribuição horizontal e vertical dos homens: uma geografia e uma hierarquia sociais, o museu imaginário de uma sociedade na diversidade de seus trajes”. Para a autora, o traje, incorporado em um sistema social que lhe demarca a forma e o uso, nunca é neutro. Ademais, enfatiza que “estudar um traje num determinado momento histórico leva-nos ao encontro de uma época, dos seus costumes, gostos, modas e ideais”. (PALLA, 1992, p. 30-31). Outrossim, Vivian Orsi e Leonardo Carmo (2015) defendem que “as roupas são símbolos de processos históricos e de cultura de uma sociedade. As roupas fazem parte da nossa identidade e refletem o momento em que vivemos”. Com referência aos tecidos, Gracinéa Imaculada Oliveira (2011) corrobora as autoras supracitadas:

[...] os tecidos - itens corriqueiros - carregam nas suas tramas uma história que dialoga com a cultura do povo que os criou ou que os usa. Verdadeiros ícones de épocas e lugares, os tecidos costumam trazer nos próprios nomes a geografia do lugar onde foram fabricados ou difundidos e o percurso até determinada região. (OLIVEIRA, 2011, p. 442)

Gilda Chataignier (2009, p. 20), em sua obra sobre o universo têxtil, destaca a sumptuosidade que tecidos e vestimentas representavam no século XVII: “[...] o tecido utilizado em roupas, trajes, moda e utilitários é um dos mais fortes e antigos meios de comunicação. Tão forte que até meados do Século XVII, ele era considerado um bem de luxo e figurava como herança em testamento, assim como boas peças da indumentária”. Vale destacar que contamos com o aporte documental testamento entre os documentos do banco de dados do *Dicionário Histórico do Português do Brasil*.

Diversos em seus tipos, texturas, colorações e origens, os tecidos acompanham o ser humano do nascimento à morte, há milênios, com-

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

pondo não apenas a sua vestimenta, mas aparecendo em todas as casas, na decoração e em outras utilidades. Nessa perspectiva, podemos dizer que os tecidos, assim como os artefatos com eles fabricados, estão contidos em uma esfera maior: a cultura material. Segundo Rita de Cássia Domingues-Lopes (2003),

[...] os bens materiais de um grupo social podem ser observados não como um fim em si mesmos, mas como um meio para entender costumes, tradições, visões de mundo e meio ambiente da sociedade que os produziu. Tornando a fabricação de objetos, parte integrante do sistema cultural. (DOMINGUES-LOPES, 2003, p. 22)

Esta teoria vem ao encontro do tema da presente pesquisa. Como estudiosos da linguagem, não investigaremos os objetos reais, mas acessaremos a memória, o registro linguístico deles nos documentos do banco de dados. Neste ponto, a língua se evidencia, especialmente, o seu nível léxico, como meio de preservação e transmissão do conhecimento da realidade em todos os seus âmbitos.

Inferimos que versar sobre a relação língua, cultura e sociedade é imprescindível ao estudo dos nomes de tecidos e artigos têxteis, os quais, em suas variadas características e origens, figuram um rico vocabulário a ser perscrutado. A seguir, apontamos alguns caminhos que podem ser trilhados durante a análise do vocabulário a ser repertoriado do banco de dados do *Dicionário Histórico do Português do Brasil*.

5. *Apontamentos acerca do léxico dos tecidos e artigos têxteis: um diálogo entre língua, cultura e história*

Quando fala da mentalidade aristocrática que caracterizava a sociedade lusitana nos tempos da expansão do império ultramarino, João Fragoso, Manolo Florentino e Sheila de Castro Faria (1998) chamam a atenção para o fato de que esta sociedade, assim como outras europeias no século XVI, encontrava-se juridicamente estratificada. Mesmo quando cometiam crimes iguais, um membro da nobreza era retido em sua casa, enquanto um sujeito das classes populares era preso na cadeia pública e, para agravar, às vezes era chicoteado. Neste conjunto, evidenciamos que “[...] as pessoas distinguiam-se pelas formas de tratamento e pelo vestuário, implicando *status* diferentes perante a justiça” (FRAGOSO; FLORENTINO; FARIA, 1998, p. 29). Percebe-se, então, como o vestuário e a linguagem já eram poderosos marcadores de condição social e podiam definir modos de lidar com os sujeitos e distingui-los.

Vale citar, nesse contexto da história portuguesa, as leis denominadas Pragmáticas - regras emanadas das Cortes e que recaíam sobre os costumes. Segundo Maria José Palla (1992, p. 34, grifo da autora), “os abusos do luxo levaram as autoridades a proclamar *Pragmáticas* com proibições e restrições, resultantes, simultaneamente, de necessidades económicas e de imperativos morais”. Foram promulgadas *Pragmáticas* desde meados do século XIV, que tratavam sobre o vestir, o comer e outros itens, regulamentando o que era permitido a cada classe social, pois a liberdade de escolha era restrita à realeza (PALLA, 1992), até o final do século XVIII, quando o Marquês de Pombal publicou *Pragmáticas* legislando sobre o luto. Dentre as várias expedidas neste intervalo de tempo, pode-se destacar a “Lei sobre os vestidos de seda, e feitio deles e das pessoas que os podem trazer”, promulgada por D. Sebastião, em 1560, proibindo veementemente o uso de seda pelas pessoas dos baixos estratos e regulando as partes do vestuário nos quais se permitia empregá-la.

Apontando um contínuo deste fato no Brasil Colônia, mas por motivos econômicos e não jurídicos, no ano de 1785, a Rainha D. Maria I, sucessora de D. José I, seu pai, no trono português, expediu um Alvará que proibia, no território do Brasil, a manufatura de ouro, prata, sedas, algodão, linho e lã, bem como os tecidos feitos de alguma destas fibras ou da mistura delas, com exceção da fazenda grossa de algodão, pois esta servia ao vestuário dos negros escravos e a outras utilidades correlatas. A motivação para tal feito se fundamentava no receio de que o desenvolvimento de fábricas e manufaturas prejudicasse a exploração das riquezas da Colônia, bem como o cultivo da terra, ferindo a lógica mercantilista. Quem desobedecesse este Alvará teria de pagar multa tanto para os oficiais responsáveis pela diligência quanto para o denunciante. Abaixo, transcrevemos um trecho do documento:

Hey por bem Ordenar, que todas as Fabricas, Manufacturas, ou Teares de Galões, de Tecidos, ou de Bordados de Ouro, e Prata. De Velludos, Brilhantes, Setins, Tafetás, ou de outra qualquer qualidade de seda: de Belbutes, Chitas, Bombazinas, Fustões, ou de qualquer outra qualidade de Fazenda de Algodão ou de Linho, branca, ou de cores [...] exceptuando taõ sómente aquelles dos ditos Teares, e Manufacturas, em que se tēcem, ou manufacturam Fazendas grossas de Algodão, que servem para o uso, e vestuario dos Negros, para enfardar, e empacotar Fazendas, e para outros Ministerios semelhantes; todas as quais sejam extinctas, e abolidas em qualquer parte onde se acharem nos Meus Dominios do Brazil [...]. (PORTUGAL, 1828).

Com relação ao vestuário dos escravos, recuperamos definições lexicográficas de duas unidades léxicas que Luis Lisanti (1973, p. LXIII), em seu glossário, especifica que eram os tecidos para “[...] encapar far-

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

dos e vestir escravos”: *aniagem* e *linhagem*. Em D. Raphael Bluteau (1712/728, p. 49, v. 9), *aniagem* é um “Pano tecido de linho crú que se fabrica no Norte, de três palmos de largo. Antônio de Morais Silva (1789, p. 135, v. 1) define-a como “Especie de roupa de linho cru, muito grossa, e estreita, para capas de fardos [...]”. Fr. Domingos Vieira (1872, p. 424, v. 1), define como “Panno tecido de linho crú muito grosso e estreito, proprio para capas e fardos”. Os contemporâneos Antônio Houaiss (2009) e Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (2004) apresentam definições semelhantes às supracitadas.

Referente à *linhagem*, em D. Raphael Bluteau (1712/1728) e Antônio de Morais Silva (1789) foram registradas, respectivamente, as variantes *liage* e *liáge*. Para D. Raphael Bluteau (1712/1728, p. 105, v. 5), “[...] he hum pano como de estopa, mas melhor, & mais fino, vem de fora do Reyno, & he muy conhecido”. Antônio de Morais Silva (1789, p. 220, v. 2) define *liáge* como “Panno de linho grosseirão de que se forrão, ou com que se encapão fardos”. Fr. Domingos Vieira (1872, p. 1306, v. 3) além de *liáge*, registra *linhage*, a primeira sendo “Panno de linho grosseiro, empregado para encapar fardos” e a segunda, mais genérica, “Tecido feito de linho” (VIEIRA, 1872, p. 1322, v. 3). Antônio Houaiss (2009) registra *linhagem* e define-a, tal qual os antecessores, como sendo um tecido de linho grosseiro que se utiliza para enfardar objetos e Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (2004), mais sucinto, diz ser a *linhagem* um “tecido grosso de linho”.

A partir das definições, inferimos que ambas as unidades se referem a um mesmo tipo de tecido de linho, grosseiro e que se usava, basicamente, para embrulhar fardos. Gracinéa Imaculada Oliveira (2010), baseada em Antônio Geraldo da Cunha (1997), presume que *aniagem* é resultante de uma alteração de *linhagem* com o artigo *a* aglutinado.

Um exemplo de vestimenta própria aos escravos, e que, hoje, significa também um tipo de roupa íntima, é a unidade lexical *tanga*, ocorrente em Luis Lisanti (1973, p. 176), por exemplo, neste trecho de uma carta de 1715: “[...] aliagem³⁹ a 160 rs p.a fazer tangas [...]”. D. Raphael Bluteau (1712/1728), embora registre o lema *tanga*, não apresenta uma acepção que reporte ao vestuário. Antônio de Morais Silva (1789, p. 754, v. 4) anota que a *tanga* é “[...] a peça de panno, com que os negros se encachão, e cobrem as partes vergonhosas da cintura até o joelho. Fr. Domingos Vieira (1872, p. 627, v. 5) define-a como “[...] peça de panno,

³⁹ Linhagem.

que é longor de vara e meia, ou duas varas sem feitio, que enrolada na cintura, e pendendo como uma fralda, é aquilo com que os Índios se encacham, e cobrem as partes vergonhosas da cintura até o joelho”. Em Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (2004), tanga é “espécie de avental usado por certos povos para cobrir o corpo desde o ventre até as coxas” e em Antônio Houaiss (2009), uma “espécie de lençol enrolado ao corpo us. por negros que chegavam ao Brasil como escravos”.

Quiçá como um eco das *Pragmáticas*, vê-se que as classes mais pobres faziam uso de tecidos grosseiros, de piores propriedades. Naturalmente, na Colônia, aos escravos não eram dadas condições de portar roupas de melhor qualidade, o que reitera a visão que se tinha destes sujeitos àquela época, como se objetos fossem. Afinal, usava-se no traje do negro escravo o mesmo tecido rústico com o qual se encapavam fardos para proteger o conteúdo de avarias. Isto equivale a colocar em um mesmo nível o ser humano e o objeto, passível de ser negociado e explorado, o que, de fato, ocorria: escravos eram mercadorias humanas.

Contraditoriamente ao fato exposto, mas com motivo explícito para tal, poderiam haver situações em que alguns escravos eram trajados a moda dos seus senhores. Sigrid Porto Barros (1947, p. 124), ao versar acerca da condição social e do vestuário feminino no Brasil Colônia, menciona que “para dar ênfase à sua prosperidade, as sinhás se faziam acompanhar nos dias festivos, de mucamas ricamente adornadas em seus trajes de cetim, com becas de lemistes finíssimo e camisas de cambraia bordada”. Sobre este fato específico, requer-se um aprofundamento minucioso, buscar mais fontes e documentos, mas fica, aqui, um indício que poderemos investigar no desenvolver da pesquisa.

Analisemos, agora, a unidade léxica *quimão*. Em D. Raphael Blueteau (1712/1728, p. 62, v. 7), é registrada como “Vestidura de alguns povos da Índia. He quasi a modo de nossas roupas de Chambre”. Antônio de Morais Silva (1789, p. 542, v. 2) define quimão como “roupão talar com mangas, aberto por diante, e largo”. Fr. Domingos Vieira (1872) define tal qual Antônio de Morais Silva (1789). Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (2004) apresenta a palavra-entrada quimão, mas faz remissiva para *quimono*. Antônio Houaiss (2009) também a apresenta como variante de quimono e, em outra acepção, descreve que era, “na antiga Índia portuguesa, casaco de chita largo e curto us. por moças solteiras pobres”.

Esta unidade lexical foi coletada da obra de Luis Lisanti (1973). Uma das ocorrências está em uma carta de 1728: “[...] e agora como se

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

vendeu mais o *quimão*, e barrette fica em 56.900 rs abatidos 41.300 rs [...]” (LISANTI, 1973, p. 267, v. 3, grifo nosso). João Capistrano de Abreu (1998, p. 204, grifo nosso), em “Capítulos de História Colonial”, registra que “os donos da casa-grande, como toda a população masculina [...], nas ocasiões solenes, recebendo visitas, revestia-se de *quimão*, tilmão ou chambre”. Em outras ocasiões, exceto durante viagens, os homens trajavam “[...] ceroula e camisa, geralmente, com rosários, relíquias, orações cuidadosamente cosidas e escapulários ao pescoço”. (ABREU, 1998, p. 204)

João Capistrano de Abreu (1998), quando cita esta peça do vestuário, trata especificamente do século XVIII. É notável, assim, que, neste período da era colonial brasileira, o *quimão* conferia maior prestígio a quem o trajava, sendo usado em ocasiões nas quais seu portador se expunha ao meio social, tanto dentro de casa como fora dela. Vale sublinhar, também, que os adornos e acessórios citados – escapulário, rosário, orações cosidas e relíquias - exprimem a fé religiosa católica do dono da casa-grande acima retratado.

Auguste de Saint-Hilaire (2002), em relato de sua experiência em um engenho no Rio de Janeiro, também evidencia como o vestuário era item de distinção, quando descreve o traje do senhor de engenho que lhe recebeu:

Em casa usa roupa de brim, tamancos, calça mal amarrada e não põe gravata [...]. Mas, se monta a cavalo e sai, é preciso que o vestuário lhe corresponda à importância e então enverga o jaleco, as calças, as botas luzidas, usa esporas de prata, cavalga sela muito bem tratada. (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 17)

Reforçamos, a partir deste fato, como dos demais apresentados, a concepção do vestuário - tipo de tecido empregado, guarnições e acessórios – como reflexo da condição social de quem o porta e também de elementos outros do seu universo, como a religiosidade.

Vêm a calhar, neste ponto do artigo, uma discussão conceitual de Roland Barthes (1979, p. 25), em “Sistema da moda”, segundo o qual:

[...] todo enunciado comporta [...] pelo menos duas leituras, a das palavras em si mesmas e a da relação significante *Mundo*, [*Moda*] ≙⁴⁰ *Vestuário*, ou, se se preferir, como o signo vestimentário se dá a ler através de um discurso que o transforma em função (este vestuário serve para tal uso mundano) ou em asserção de valor (este vestuário está na Moda [...])

⁴⁰ Em Roland Barthes (1979), este símbolo significa relação de equivalência.

Roland Barthes (1979), em seu estudo, utiliza como *corpus* jornais de moda do biênio 1958-59, todavia, de forma evidenciar a ideia acima citada, transcrevemos um trecho de uma carta de 1725, em que se arrola “1 dúzia de meias de lã de agulha pretas p. a luto de homem” (LISANTI, 1793, p. 271, v. 1). Pela ótica de Roland Barthes (1979), em termos saussurianos, esta sentença constituiria um signo em que as *meias de lã pretas* formariam o significante e *luto*, o significado. Desse modo, fica posto que a peça do vestuário meia de lã (variante de lã) preta serve para se usar em ocasiões de luto, e, mais especificamente, para o luto de homens. Em suma, meias de lã pretas significam luto de homens.

Remetendo esta teoria às descrições de João Capistrano de Abreu (1998) e Auguste de Saint-Hilaire (2002), podemos associar que, nos contextos apresentados, o quimão significa ocasiões solenes, de exposição ao público, como a recepção de visitas. Roupas de brim, tamancos, calça mal amarrada e ausência de gravata significam trajes de se usar em casa e jaleco, calças, botas luzidas e esporas de prata, enfatizando a autoridade e o prestígio de quem os porta, significam, como o quimão, ocasiões de exposição pública, especificamente, quando se vai andar a cavalo.

6. Considerações finais

A essência da pesquisa em andamento está na ideia de que o estudo do vocabulário de tecidos e artigos têxteis apontará aspectos como estratificação social, realidade econômica, geografia, religião e costumes. Conforme visto anteriormente, era marcante a identificação de classe social de uma pessoa por meio do seu vestuário, incluindo os acessórios, o tipo e a qualidade do tecido e outros elementos. Além do *status* social, profundamente hierarquizado, o conjunto citado pode sinalizar demais dimensões da vida humana, como a religiosidade. Há, também, o lado prático e injuntivo do uso; era necessário vestir o escravo, bem como o índio, mesmo que de forma bastante rústica, pois a nudez era condenada pelos jesuítas.

O conjunto do vestuário, especialmente, se afigura como uma espécie de linguagem que revela quem o usa. Neste viés, um produto têxtil, do fino ao rústico, compara-se a um documento a partir do qual podemos obter registros sociais e culturais e penetrar por seus enraizamentos histó-

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

ricos e geográficos. É por este universo que pretendemos enveredar no percurso da pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de história colonial: 1500-1800*. Brasília: Senado Federal, 1998. (Série Biblioteca básica brasileira). Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/1022>>. Acesso em: 11-07-2016.

BARROS, Sigrid Porto. A condição social e a indumentária feminina no Brasil-Colônia. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. VIII, p. 117-154, 1947. Disponível em: <<http://zip.net/bctrvV>>. Acesso em: 25-07-2016.

BARTHES, Roland. *O sistema da moda*. Trad.: Lineide do L. S. Mosca. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1979.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. O dicionário padrão da língua. *Alfa*, vol. 28, p. 27-43, 1984.

_____. Dimensões da palavra. *Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, n. 2, p. 81-118, 1998. Disponível em: <<http://goo.gl/b88p0N>>. Acesso em: 25-08-2012.

BLUTEAU, D. Raphael. *Vocabulario portuguez e latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712/1728, 10 vol.

CHATAIGNIER, Gilda. *Fio a fio: tecidos, moda e linguagem*. São Paulo: Estação das Letras, 2009.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira*. 2. ed. Rio de Janeiro Nova Fronteira, 1997.

DOMINGUES-LOPES, Rita de Cássia. Artefatos Xikrín: documentos e testemunhos de um grupo indígena. In: REUNIÃO REGIONAL DE ANTROPÓLOGOS DO NORTE E NORDESTE, 8, 2003, *Anais...* São Luís: ABANNE, 2003.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; FARIA, Sheila de Castro. Europa e Portugal entre os séculos XIV e XVI. In: _____. *A economia colonial brasileira: séculos XVI-XIX*. Coord.: Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado. São Paulo: Atual, 1998, p. 6-31.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário eletrônico Aurélio*, versão 5.0. Curitiba: Positivo Informática, 2004. (CD-ROM).

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*, versão 3.0. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LISANTI, Luis. *Negócios coloniais: uma correspondência comercial do século XVIII*. Brasília: Ministério da Fazenda; São Paulo: Visão Editorial, 1973, 5 v.

MURAKAWA, Clotilde de Almeida Azevedo. Dicionário histórico do português do Brasil: testemunho lexical da língua portuguesa no Brasil Colônia. *Debate Terminológico*, n. 14, p. 75-88, 2015.

_____. A construção de um dicionário histórico: o caso do Dicionário Histórico do Português do Brasil – séculos XVI, XVII e XVIII. *Estudos de Linguística Galega*, n. 6, p. 199-216, 2014.

_____. A contribuição de um dicionário histórico: o Dicionário Histórico do Português do Brasil. *Organon*, vol. 25, n. 50, p. 243-274, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/124848>>. Acesso em: 20-02-2016.

_____. Lexicografia e história: o Dicionário Histórico do Português do Brasil – séculos XVI, XVII e XVIII. In: ALVES, Ieda Maria et al. *Estudos lexicais em diferentes perspectivas*. São Paulo: FFLCH/USP, 2009. p. 23-38.

OLIVEIRA, Gracinéa Imaculada. A trama e a urdidura: o vocabulário têxtil e a história da língua portuguesa. *Filologia e Linguística Portuguesa*, vol. 13, n. 2, p. 441-457, 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/flp/article/viewFile/59895/63004>>. Acesso em: 24-07-2015.

_____. *Estudo do vocabulário do vestuário em documentos setecentistas de Minas Gerais*. 2010. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). – Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

ORSI, Vivian; CARMO, Leonardo. Reflexões sobre o léxico e a moda do século XIX. In: *Moda documenta: museu, memória e design 2015. Anais do Congresso Internacional de Memória, Design e Moda*, São Paulo, 2015. São Paulo: MIMo/Estação das Letras e Cores, ano 2, vol. 01, n. 01.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

PALLA, Maria José. *Do essencial e do supérfluo: estudo lexical do traje e adornos em Gil Vicente*. Lisboa: Estampa, 1992.

PAULA, Maria Helena de. Brinquedos e brincadeiras em narrativas pessoais: inventário e análise lexical. *Revista do GELNE*, vol. 12, p. 22-31, 2010.

PORTUGAL. *Lei de D. Sebastião de 25 de junho de 1560*. Ley sobre os vestidos de seda, & feitos delles. E das pessoas que os podem trazer. - [S.l.: s.n.]: vendense em casa de Belchior Fernandez, [25/06/1560]. Disponível em: <<http://purl.pt/14914>>. Acesso em: 10-08-2016.

_____. *Alvará de cinco de janeiro de 1785*. Alvará proibindo as Fábricas, e Manufacturas, no Brazil. In: SILVA, Antonio Delgado da [redator]. *Collecção da Legislação Portugueza Desde a Ultima compilação das ordenações, legislação de 1775 a 1790*. Lisboa: Typografia Maigrense, 1828. Disponível em: <<http://goo.gl/HI3tm2>>. Acesso em: 20-08-2016.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem a São Paulo e quadro histórico da Província de São Paulo*. Tradução e introdução de Afonso de E. Taunay. Brasília: Senado Federal, 2002. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/1059>>. Acesso em: 11-07-2016.

SARDINHA, Tony Berber. *Linguística de corpus*. Barueri: Manole, 2004.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. Cachaça: cultura, origem, variações. *Estudos linguísticos e literários*, Salvador, n. 52, p. 03-26, 2015.

SILVA, Antônio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, 2 vol.

_____. *Diccionario da língua portugueza*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813, 2 vol.

_____. *Grande dicionário da língua portuguesa*. 10. ed. Org.: Augusto Moreno, Cardoso Junior e José Pedro Machado. Lisboa: Confluência, 1949-1959, 12 vol.

_____. *Diccionario da língua portugueza*. 6. ed. Lisboa: Typographia de Antonio José da Rocha, 1858, 2 vol.

_____. *Diccionario da língua portugueza*. 9. ed.. Lisboa: Empreza Litteraria Fluminense de Santos, Vieira & Commandita, [s.d.], 2 vol.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

VIEIRA, Fr. Domingos. *Grande dicionario portuguez ou thesouro da lingua portugueza*. Porto: Ernesto Chradron e Bartholomeu H. de Moraes, 1871/1874, 5 vol.